

**MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR**

PROCESSO  
**PREVIDENCIÁRIO**  
**JUDICIAL**

**5<sup>a</sup>**  
*edição* revista,  
atualizada e  
reformulada

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 30.03.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Daniel Kanai
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

Serau Junior, Marco Aurélio

Processo previdenciário judicial / Marco Aurélio Serau Junior. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia e índice  
ISBN 978-65-5964-844-3

1. Seguridade social – Legislação – Brasil. 2. Previdência social – Legislação – Brasil. I. Título.

23-83155

CDU: 349.3(81)



---

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

## SUMÁRIO

### PARTE I ASPECTOS CONCEITUAIS

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO AO PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....</b>	<b>3</b>
1.1 Processo Judicial Previdenciário e ação previdenciária .....	3
1.2 Princípios do Processo Judicial Previdenciário.....	8

### PARTE II ASPECTOS PROCESSUAIS

<b>CAPÍTULO 2 – DA AÇÃO PREVIDENCIÁRIA.....</b>	<b>27</b>
2.1 Legitimidade .....	27
2.1.1 Legitimidade ativa: segurados/dependentes.....	27
2.1.1.1 Litisconsórcio ativo.....	30
2.1.1.2 Sucessão do polo ativo.....	32
2.1.2 Legitimidade passiva: INSS.....	33
2.1.3 Litisconsórcio passivo .....	35
2.2 Capacidade e representação processual .....	36
2.3 Atos processuais .....	39
2.3.1 Comunicação dos atos processuais .....	39
2.3.2 Prazos.....	41
2.3.3 Custas.....	42
2.4 Do processo e do procedimento.....	42
2.4.1 Petição inicial .....	48
2.4.1.1 Do pedido .....	51

2.4.1.2	Improcedência liminar do pedido .....	55
2.4.2	Citação .....	57
2.4.3	Condições da ação .....	58
2.4.3.1	Interesse de agir: o prévio requerimento administrativo e o princípio constitucional do acesso à justiça .....	58
2.4.3.2	Carência de ação por perda superveniente de objeto: concessão administrativa de benefício ...	64
2.4.4	Prescrição e decadência.....	65
2.4.4.1	Decadência.....	65
2.4.4.2	Prescrição.....	69
2.4.4.3	Aspectos processuais em torno da decadência e da prescrição .....	71
2.4.5	Tutela provisória .....	73
2.5	Contestação.....	81
2.6	Valor da causa.....	83
	Jurisprudência.....	87
<b>CAPÍTULO 3 – DA COMPETÊNCIA.....</b>		<b>91</b>
3.1	A competência para processar e julgar matéria previdenciária definida na Constituição Federal de 1988.....	91
3.2	Competência subsidiária da Justiça Estadual em matéria previdenciária .....	94
3.3	Competência subsidiária da Justiça Estadual para o julgamento do benefício da assistência social.....	97
3.4	Competência para julgar matéria relativa a acidentes de trabalho.....	99
3.5	Competência dos Juizados Especiais Federais.....	104
3.6	Competência para julgar temas de Direito de Família com reflexos previdenciários.....	107
3.6.1	Competência para julgar questões sobre Registros Públicos com reflexos previdenciários.....	110
3.7	Competência para julgar temas de direito do trabalho com reflexos previdenciários.....	111
3.8	Competência para julgar o dano moral previdenciário .....	114

3.9 Competência para julgar processos envolvendo Previdência Complementar.....	115
3.10 Competência originária dos Tribunais Regionais Federais ....	116
Jurisprudência.....	117
Quadro-resumo .....	119
<b>CAPÍTULO 4 – DO ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>121</b>
4.1 A prioridade conferida à pessoa idosa .....	121
4.2 A gratuidade de justiça .....	122
4.3 Inclusão digital .....	123
<b>CAPÍTULO 5 – DAS PROVAS .....</b>	<b>125</b>
5.1 A garantia constitucional de ampla defesa e a amplitude da produção probatória .....	125
5.2 A apreciação do conjunto probatório pela Administração Pública e pelo Poder Judiciário .....	128
5.3 Aspectos procedimentais: requisição das provas, dinamização do ônus probatório e recursos cabíveis .....	132
5.4 Provas em espécie no processo judicial previdenciário .....	137
5.4.1 Depoimento pessoal e confissão.....	140
5.4.2 Prova documental.....	141
5.4.3 Prova testemunhal.....	145
5.4.4 Prova pericial .....	147
5.4.5 Inspeção judicial .....	154
5.4.6 Fato notório e máximas de experiência.....	155
5.4.7 Prova da hipossuficiência econômica para concessão do BPC da Assistência Social.....	158
5.5 Prova emprestada da justiça trabalhista.....	160
Jurisprudência.....	165
<b>CAPÍTULO 6 – DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>169</b>
6.1 A atuação do Ministério Público no processo civil .....	169
6.2 A participação do Ministério Público nos processos judiciais previdenciários .....	171
6.2.1 Prerrogativas processuais do Ministério Público.....	172
6.2.2 Discussão sobre a nulidade processual por ausência de participação do Ministério Público.....	173

6.3	Ações coletivas.....	176
6.3.1	Algumas ponderações sobre a atuação do Ministério Público nas ações coletivas.....	176
6.3.2	As ações coletivas em matéria previdenciária.....	177
<b>CAPÍTULO 7 – DA SENTENÇA E DA APELAÇÃO.....</b>		<b>179</b>
7.1	Estrutura da sentença e das decisões judiciais .....	179
7.1.1	Do julgamento .....	181
7.1.2	Fato novo no curso do processo .....	186
7.2	Exigências para a devida fundamentação das decisões judiciais (art. 489, § 1.º).....	188
7.2.1	Impossibilidade de mera indicação, reprodução ou paráfrase de dispositivo legal .....	189
7.2.2	Utilização de conceitos jurídicos indeterminados.....	189
7.2.3	Descabimento da decisão-padrão.....	191
7.2.4	Fundamentação suficiente ou exauriente? .....	192
7.2.5	Descabimento da mera invocação de súmulas ou precedentes.....	193
7.2.6	Necessidade de realizar a adequada distinção ou superação dos precedentes no caso concreto.....	195
7.2.7	Fundamentação da decisão judicial no caso de colisão entre normas jurídicas.....	198
7.2.8	Vedação da fundamentação <i>per relationem</i> .....	199
7.2.9	Aplicabilidade do art. 489, § 1.º, do CPC, aos Juizados Especiais Federais .....	199
7.3	O reexame necessário nas ações previdenciárias .....	201
7.4	Fixação dos honorários advocatícios.....	206
7.5	Do recurso de apelação .....	209
	Jurisprudência.....	213
<b>CAPÍTULO 8 – DA EXECUÇÃO.....</b>		<b>215</b>
8.1	Dos precatórios.....	216
8.1.1	Aspectos gerais.....	216
8.2	Os precatórios na seara previdenciária .....	219
8.2.1	Evolução histórica dos precatórios em matéria previdenciária .....	219
8.2.2	A Lei 10.259/2001: criação dos RPV.....	222

8.2.3	A sistemática trazida pela Emenda Constitucional 62/2009: precatórios superpreferenciais.....	223
8.2.4	Alterações trazidas pela Emenda Constitucional 113/2021 .....	225
8.2.4.1	Compensação de dívidas da Fazenda Pública com os valores a serem pagos em precatórios ....	225
8.2.4.2	Cessão de créditos de precatório e suas finalidades .....	227
8.2.4.3	Taxa Selic como critério de atualização monetária das condenações judiciais da Fazenda Pública .....	228
8.2.5	Alterações no regime de precatórios trazidas pela Emenda Constitucional 114/2021.....	228
8.2.5.1	Data para inclusão da condenação judicial do INSS nos precatórios judiciais.....	228
8.2.5.2	Parcelamento dos precatórios .....	229
8.2.5.3	Acordo com a Fazenda Pública e deságio no pagamento dos precatórios em atraso.....	230
8.3	Os precatórios complementares .....	231
8.4	Execução invertida.....	233
8.5	Excesso de execução .....	234
8.6	Critérios de atualização da dívida previdenciária.....	236
	Jurisprudência.....	239
<b>CAPÍTULO 9 – AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>		<b>243</b>
9.1	Cabimento.....	244
9.2	Flexibilização do rol taxativo do agravo de instrumento (Tema 988 do STJ).....	247
9.3	Competência.....	249
9.4	Do processamento do agravo de instrumento nos tribunais....	249
	Jurisprudência.....	251
	Quadro-resumo .....	252
<b>CAPÍTULO 10 – DO MANDADO DE SEGURANÇA.....</b>		<b>255</b>
10.1	Concepção constitucional do mandado de segurança .....	255
10.2	O ato/fato impugnável em matéria previdenciária .....	256

10.3 Legitimidade ativa (impetrante).....	261
10.4 Legitimidade passiva/autoridade coatora .....	262
10.5 Liminar .....	265
10.6 Do Ministério Público .....	267
10.7 Do mandado de segurança preventivo.....	267
10.8 Do mandado de segurança coletivo.....	268
10.9 Trâmite.....	268
10.9.1 Competência .....	269
10.9.2 Petição inicial e decadência.....	270
10.9.3 Processamento.....	271
10.9.4 Dos recursos.....	272
10.10 Do mandado de segurança nos Juizados Especiais Federais...	272
10.10.1 Requisitos .....	272
10.10.2 Competência .....	273
Jurisprudência.....	273

## **CAPÍTULO 11 – RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....**

11.1 Introdução aos recursos excepcionais (recurso especial e recurso extraordinário).....	275
11.2 Dos requisitos de admissibilidade.....	277
11.2.1 Da impossibilidade de reexame de provas .....	277
11.2.2 Do esgotamento das instâncias recursais ordinárias ....	279
11.2.3 Interposição conjunta dos recursos extraordinários e especial .....	280
11.2.4 Ofensa indireta à Constituição Federal.....	281
11.2.5 Dissídio jurisprudencial.....	283
11.2.6 Repercussão geral .....	284
11.2.7 Relevância da questão federal.....	285
11.3 Tramitação dos recursos extraordinário e especial.....	287
11.3.1 Efeitos dos recursos: devolutivo e suspensivo.....	287
11.3.2 Agravo contra inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário .....	288
11.4 Da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais .....	290



11.4.1 Descabimento de recurso especial nos Juizados Especiais Federais .....	294
Jurisprudência.....	295
<b>CAPÍTULO 12 – DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....</b>	<b>297</b>
12.1 Histórico .....	297
12.2 Competência dos Juizados Especiais Federais.....	298
12.3 Procedimento nos Juizados Especiais Federais.....	301
12.3.1 Aplicação subsidiária das normas dos Juizados Especiais Estaduais (Lei 9.099/95) e do CPC.....	301
12.3.2 Da petição inicial .....	302
12.3.3 Das partes processuais.....	302
12.3.4 Da ciência dos atos processuais.....	303
12.3.5 Dos prazos processuais.....	304
12.3.6 Da representação judicial e da possibilidade de conciliação e transação .....	304
12.3.7 Da sentença e seu cumprimento.....	305
12.4 Das cautelares e dos recursos.....	306
12.4.1 Das Turmas Recursais e da Turma Nacional de Uniformização.....	308
12.4.2 Dos recursos extraordinário e especial .....	311
Jurisprudência .....	311
<b>CAPÍTULO 13 – AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>313</b>
13.1 Noções gerais .....	313
13.2 Hipóteses de cabimento.....	315
13.2.1 Prevaricação, concussão ou corrupção do juízo.....	316
13.2.2 Juízo impedido ou juízo incompetente .....	316
13.2.3 Dolo e coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes .....	316
13.2.4 Violação à coisa julgada.....	317
13.2.5 Violação à norma jurídica .....	318
13.2.6 Prova falsa .....	319
13.2.7 Provas novas .....	321
13.2.8 Erro de fato .....	323

13.3 Processamento .....	324
13.3.1 Legitimidade .....	324
13.3.2 Petição inicial .....	325
13.3.3 Processamento e julgamento .....	326
13.3.4 Prazo para ajuizamento .....	329
Jurisprudência.....	329

### PARTE III ASPECTOS PRÁTICOS

<b>MODELOS DE PEÇAS.....</b>	<b>333</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>365</b>